

AJARANI:
NOTAS SOBRE FRONTEIRAS
TERRITORIAIS E CONFLITOS
EM RORAIMA

MANUELA SOUZA SIQUEIRA CORDEIRO
MARCOS ANTÔNIO BARBOSA DE ALMEIDA

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo abordar episódios de conflitos recentes na Amazônia que ocorreram na *região do Ajarani* em Roraima — palco de tensão entre *fazendeiros* e *colonos*, que são habitantes de assentamentos vizinhos, no que se refere aos usos, ocupação das terras, e à invasão da fronteira com a Terra Indígena Yanomami (TI Yanomami). A proposta é verificar possíveis aproximações e distanciamentos entre esses episódios, que envolvem sobreposições de fronteiras geográficas e territoriais. Para tanto, partimos de uma noção de conflito sendo definido a partir da disputa de linguagens, visões e práticas, não essencializando-o (Figurelli, 2007). A problematização dos conflitos aproxima-se do que Comerford (2003) designa como “operações de mapeamento”, na medida em que o processo contínuo dos movimentos e mobilizações sociais organiza as categorias locais para conectar grupos que acionam identidades não estabilizadas e espaços onde operam estas relações, demarcando diferentes noções de territorialidade.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos; populações indígenas; colonização; Roraima.

Introdução

O caos da estrutura fundiária na Amazônia se instala no período colonial, quando a administração da região era feita de forma diferenciada do restante do país, levando a inúmeras sobreposições de terras das sesmarias e capitânicas hereditárias. Esse desordenamento intensificou-se com a colonização da Amazônia durante os governos militares brasileiros e manteve-se durante a transição democrática, abrindo caminho para a perpetuação e atualização dos mecanismos que geram os conflitos por terra (ver Almeida, 1991, p. 263).¹ Embora o então Território Federal de Roraima ainda não estivesse na agenda dos projetos do Estado Novo para o estabelecimento de colônias agrícolas no país, como o ocorrido especialmente no centro-oeste e em outras partes da região amazônica (Neves, 2013; Villas-Bôas e Villas-Bôas, 1994), este se ligava a tais empreitadas por meio de uma vasta rede de relações formada entre migrantes no decurso dessas mobilizações (ver Martins, 1996, p. 40).²

- 1 “Interpreta-se de maneira naturalizada o acirramento das tensões sociais e dos confrontos no endosso tácito à concentração fundiária sob o ditame da força bruta e da coerção. A subjugação pela violência, de diferentes segmentos camponeses denominados regionalmente de posseiros e peões, e de diversos grupos indígenas, não obstante provocar declarações públicas de indignação moral, manifesta-se implicitamente, nos meandros desta lógica, como um ‘fato necessário’ e peculiar aos processos econômicos e às estruturas políticas de uma situação de fronteira, delineando-se numa constante observável tanto em períodos explicitamente ditatoriais (1964-1985), quanto em conjunturas definidas como de “transição à democracia” (1985-89)” (Almeida, 1991, p. 263).
- 2 As obras de Martins (1996) e Neves (2013) não se referem especificamente a Roraima. No entanto, relatos que colhemos em campo demonstram que, no contexto das grandes mobilizações sociais entre as décadas de 1930 e 1940, abordado por esses autores, muitos dissidentes das marchas mencionadas chegaram até Roraima. Mesmo que o estado de Roraima não estivesse diretamente envolvido nessas agendas, o pano de fundo desses processos sociais, aos olhos do Estado Brasileiro, pautava-se na ocupação nos confins das fronteiras nortistas.

No início da década de 1970, muitas famílias se deslocaram para o estado e, de acordo com Santos (2010), realizaram a marcação da terra de forma espontânea, sem seguir as orientações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), delimitando as áreas com cipó-tiririca. Estas ações dos *colonos*³ eram uma condição necessária para a abertura de *vicinais*⁴ e *lotes*⁵ e, apesar de não se tratar de uma ação direta do Incra, possibilitaram a obtenção futura de Autorização de Ocupação (AO). Isto é, era atribuída uma área de terra para cada família, organizada pelos próprios grupos que foram ocupando as terras, sendo que posteriormente coube ao Incra o papel de regularização delas.

Diante desse cenário, o objetivo deste capítulo é analisar os conflitos na região a partir das dinâmicas relacionais e da intensificação gradual de diversos tipos de mobilizações sociais, envolvendo as categorias descritas entre os habitantes do território étnico e os habitantes da fronteira não indígena, identificando a conexão entre os diversos processos de intrusão nessa fronteira, que incluem eventos como a sobreposição de assentamentos agrícolas por grandes fazendas e, por consequência, os conflitos entre *colonos*, *grandes fazendeiros* e indígenas na linha de fronteira com o território étnico. Para isso, serão exploradas as interconexões entre essas dinâmicas

- 3 Concordamos com a definição de *colono* atribuída por Sousa (2020, p. 6): “*Colono* é uma categoria local em diversos contextos do universo rural. No cenário roraimense, costuma se referir a pessoas (sobretudo figuras masculinas) que participam de projetos de colonização na região”.
- 4 Vicinais se referem às estradas rurais, geralmente não pavimentadas, nas quais os municípios do interior do estado de Roraima são subdivididos. Sua orientação numérica parte de um “tronco” vicinal que orienta a subdivisão em formato de “espinha de peixe”, com ramificações nas duas direções, a partir dessa principal.
- 5 Entre os *colonos* do norte amazônico, o termo *lote*, além de outros significados que irão ser demonstrados ao longo do texto, se refere principalmente à área de terra individual que uma família recebe para desenvolver suas atividades produtivas, sobretudo em contextos de assentamentos agrícolas.

conflitantes, que envolvem a sobreposição de fronteiras geográficas⁶ e territoriais, bem como o sentido das alianças produzidas no curso dessas relações.

Partimos da noção de conflito definida por Figurelli (2007) como a disputa de linguagens, visões e práticas. Ao mesmo tempo, adotamos a ideia de identidades não estabilizadas, privilegiando a perspectiva da identificação negociada. Isso significa a coexistência de elementos distintos que mantêm o *ethos* camponês entre os signos de prestígio que transitam no universo dos *colonos*. A construção negociada dessas identidades, especialmente aquelas formadas por relações de estabelecimento na *região do Ajarani*, e consequente organização das relações simétricas e assimétricas de vicinalidade, evidencia um processo dinâmico e contínuo de construção e transformação. Esse processo molda constantemente as identidades, sobretudo no contexto das relações de poder.

Em termos metodológicos, o capítulo se baseia na experiência prévia de pesquisa realizada na *região do Ajarani* com início no ano de 2019, sendo realizadas atividades remotas no contexto da pandemia de covid-19 (conversas via aplicativo WhatsApp), e inclui outras incursões ao campo que se desenrolaram até os dias atuais. Ao acionarmos as fronteiras territoriais, problematizamos o conceito de territorialidade para os *colonos*, *grandes fazendeiros*, indígenas e, conseqüentemente, o universo de mobilizações que dinamizam aquela fronteira, sobretudo no contexto dos estabelecimentos desses grupos sociais. Esta problematização aproxima-se do que Comerford (2003) designa como “operações de mapeamento”, à medida que o processo contínuo dos movimentos organiza as categorias locais para conectar grupos e espaços onde operam estas relações, demarcando

6 Se somarmos a tese desenvolvida por Martins (1996, p. 25-27) — de que a fronteira é vista como “essencialmente o lugar da alteridade e expressão da contemporaneidade” —, podemos compreender que o conflito é iminente e evidente, pois falamos de fronteira e, sobretudo, do aspecto amazônico como a “última grande fronteira da América Latina, uma realidade singular”. Por fronteiras geográficas, compreendemos os limites estabelecidos pelo ordenamento fundiário nos distintos territórios trabalhados.

diferentes noções de territorialidade. Uma das questões centrais de nossa pesquisa pode ser formulada da seguinte maneira: como abordar etnograficamente a pluralidade e a complexidade dos conflitos? Essa questão é vital em ambientes que, devido às suas características únicas — como as fronteiras na *região do Ajarani* —, provocam intensa mobilização social, gerando demandas para os principais atores do cenário, como o acionamento de associações de apoio e órgãos federais competentes. No entanto, observa-se que não há solução clara às tensões sociais e aos impactos que se manifestam de diversas maneiras ao longo do tempo.

O capítulo está dividido em três partes e considerações finais. Na primeira seção, será apresentado o percurso metodológico realizado, as designações usadas localmente e uma breve apresentação dos interlocutores que serão acionados neste texto. Na seção seguinte, o objetivo é contextualizar a formação político-territorial da *região Ajarani*, focalizando os movimentos dos três grupos sociais que fazem parte dessa análise: os *grandes fazendeiros*, os *colonos* e as comunidades indígenas da TI Yanomami, bem como habitantes daquela fronteira, incluindo os *grandes fazendeiros*. Em seguida, são apresentadas duas dinâmicas de conflitos visualizadas no trabalho de campo e seus desdobramentos específicos para o recorte, concluindo com algumas considerações finais.

Percurso metodológico, designações locais e apresentação dos interlocutores

A entrada em campo teve início a partir das atividades de pesquisa de um dos autores do artigo como membro do quadro efetivo do serviço público do estado, exercendo-as no Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJRR) com a função *ad hoc* de oficial de justiça. O desenvolvimento das atividades de iniciação científica e o uso de categorias analíticas antropológicas ressignificaram o conhecimento da realidade local do autor, enquanto ele exercia suas funções no serviço público. Essas categorias incluíram: as diversas noções locais de

territorialidade; a intensificação das mobilizações sociais, percebida inclusive em processos judiciais nos quais o autor atuava; e as diferentes faces do conflito no cenário. Foram realizadas várias incursões a campo desde 2019, passando por um momento de suspensão das atividades presenciais devido à pandemia do covid-19, retornando em 2022. Em novembro de 2023 foi observado um dos episódios de conflito que serão trazidos à análise. Trata-se de uma investigação de tempo longo, sendo que alguns conflitos perduram mais do que o investimento de campo, enquanto outros conflitos são pontuais, revelando distintas dinâmicas conflitivas da região e seus desdobramentos nas mobilizações sociais.

Os interlocutores escolhidos possuem, direta ou indiretamente, vínculos com as dinâmicas da região, mesmo que residam em localidades adjacentes ao recorte etnográfico. A seleção desses interlocutores foi pautada em seu conhecimento aprofundado sobre o *Ajarani*, privilegiando-os por seu longo tempo de estabelecimento e suas experiências na dinâmica entre os três atores sociais previamente mencionados: *grandes fazendeiros*, indígenas e *colonos*. Os *colonos*, por sua vez, apresentavam subdivisões definidas pelas percepções locais, incluindo pequenos agricultores e aqueles que, ao longo de sua permanência na região, adquiriram maiores extensões de terra, ultrapassando os padrões iniciais de ocupação, também reconhecidos como *fazendeiros*, embora entre estes a relação se estabeleça orientada pela *vicinalidade*.

Senhor Cícero, 55 anos, reside em uma propriedade de aproximadamente trinta hectares na vicinal três do Projeto de Assentamento Ajarani (PA Ajarani), criado em 2003, na região analisada neste capítulo. Junto com sua esposa e seus dois filhos, estabeleceu-se no lugar ainda nos períodos de consolidação do assentamento. Tem contribuído para a presente análise como interlocutor fundamental na descrição de suas relações com os vizinhos do território étnico, além de suas experiências nos processos de ocupação da região.

Cristiano, 69 anos, é natural de Xambioá, Tocantins. Ele se deslocou ao estado de Roraima em 1999, pois o filho já havia migrado para o estado. É um dos *colonos* na área de conflito com os *fazendeiros*,

na *fundiária*⁷ do projeto Ajarani até o limite com a TI Yanomami. Conforme mencionamos, o termo *fazendeiro* adquire um sentido mais abrangente quando empregado pelos próprios grupos *colonos* para se referir aos vizinhos que, como a maioria dos assentados, se estabeleceram nas fases iniciais de ocupação da região, porém possuem maiores quantidades de terra atualmente. É importante destacar que a representação desse universo *colono* emana desses atores, considerando que eles desempenham um papel central no contexto das ocupações fundiárias não indígenas na *região do Ajarani*. Além disso, existem os *grandes fazendeiros*, interlocutores que nem sequer possuem relação de *vicinalidade*, mas estão presentes na região com suas vultuosas faixas de terras, destinadas à especulação e, principalmente, à criação de gado.

No contexto dessas dinâmicas, a identidade do *colono* é moldada por fatores essenciais ligados à terra, especialmente sua relação com os vizinhos. Essa interação de *vicinalidade* pode se estender a todos os habitantes de uma *vicinal*, incluindo, muitas vezes, *colonos* que residem em pequenos núcleos urbanos, como as denominadas vilas. A dimensão das terras que possuem, embora aparentemente influencie a identidade — levando o indivíduo a ser visto como um potencial fazendeiro ao ocupar maiores faixas de terra —, nem sempre é determinante para a aquisição de signos de prestígio partilhados entre os demais *colonos*.

Essa dinâmica de ocupação permitiu que algumas famílias, entre os próprios *colonos*, acumulassem maiores extensões de terra ou outras posses, que se somaram aos seus *lotes* durante o processo

7 O termo *fundiária*, no contexto dos *colonos*, assume um significado que se restringe aos “fundos” — ou seja, o final das terras ocupadas, dos lotes e das grandes fazendas. Nesse contexto, as *fundiárias* são frequentemente objetos de disputa, sendo às vezes consideradas as “sobras de terra” estabelecidas pelos órgãos de regularização. Essa interpretação, apesar de não corresponder ao sentido etimológico mais amplo de “relativo à terra” ou “ao solo”, é bastante comum e reflete a realidade do universo rural. Em consequência disso, as *fundiárias* são, com frequência, áreas de grande tensão e disputa, justamente por serem consideradas “sobras de terra”.

de estabelecimento na região. O termo *fazendeiro* sempre esteve presente no imaginário das comunidades rurais no contexto das ocupações e conflitos. Isso as mobilizava a projetar seus pequenos *lotes* como potenciais fazendas no futuro. No entanto, essas definições se distinguem quando o termo *fazendeiro* é aplicado a ocupações em larga escala, tipicamente ligadas ao agronegócio. É importante destacar que a presença de *colonos* foi sempre central nos projetos de assentamento agrícola em Roraima e alhures. A região em questão assegura esse *ethos* — ser um *colono* — tanto aos habitantes recém-chegados provenientes de outras regiões brasileiras (por exemplo, aos *sitiantes* do Centro-Oeste, em outro contexto) quanto àqueles que residem no local desde o início do processo de ocupação, sendo eles proprietários ou não de maiores faixas de terras na atualidade.

Portanto, o uso do termo *colono* não implica um processo de etnogênese (Sider, 2013; Bartolomé, 2006). Ele designa parte de um imenso grupo de pessoas que migraram para Roraima com o objetivo de ter a própria terra, mesmo que a atividade agrícola tenha sido combinada com outras atividades diversas que a região oferece, como o trabalho de diarista nas grandes fazendas ou *lotes* de outros *colonos*, a atividade garimpeira no interior e outras formas de atividade, a exemplo da extração de madeira, muito explorada nos períodos iniciais da ocupação.

Algumas famílias reivindicam um *ethos* camponês para garantir a propriedade da terra, ou seja, o direito de produzir para o sustento familiar, considerando-a um bem da família. Isso transforma a noção de terra, de um mero objeto de política pública, em um território a ser ocupado pelo grupo familiar. Assim, para além da função produtiva, incorpora-se a ideia de “ligação com a terra” (Stavenhagen, 2006).

Ancorando-nos na noção de *cosmografia* de Little (2002, p. 5), que define o termo como o “regime de propriedade, os vínculos afetivos com o território específico, a história de sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social e as formas de defesa dele”, podemos identificar os elementos distintivos que orientam a ocupação territorial de nossos três atores sociais. Para as comunidades indígenas do

Ajarani, a categoria de Little se manifesta de forma mais premente. O expressivo domínio que demonstram sobre seu território e a visão de que a terra é um ser que transcende as relações naturais e outros atributos dedicados a ela levam-nos a compreender que, para eles, a “natureza” não é apenas um recurso, mas parte intrínseca de sua própria identidade e ancestralidade.

Embora de maneira distinta, os *colonos* também apresentam noções que se relacionam com o conceito de cosmografia. Consideram a terra, o trabalho a ela dedicado, a posse e os saberes para garanti-la como um espaço de partilha familiar e comunitária que deve ser transmitido de geração em geração. Apesar de ser vista como propriedade, a conexão da terra com o sustento familiar a diferencia das lógicas de mercado. Nas palavras de um *colono*, “o dinheiro da venda de meu *lote* pode caber no meu bolso, mas ele [o *lote*] e a minha família, não cabem”. Dessa forma, a terra não é apenas um meio de produção, mas um espaço de vida, trabalho e reprodução social. A própria autoidentificação coletiva *colono* é construída no contexto da experiência de vida nessas ruralidades.

Por sua vez, os *grandes fazendeiros* também apresentam noções que podem ser explicadas pelo conceito de cosmografia. Com uma orientação tecnicista focada na maximização da produtividade, no uso de tecnologias agrícolas avançadas e na gestão de vastas extensões de terra, eles veem a terra como propriedade privada e um direito inquestionável. Priorizam a eficiência econômica da produção em larga escala e consideram a terra um ativo financeiro. Suas identidades coletivas podem estar ligadas ao poder econômico, ao agronegócio e à influência política. Essa forma de pensar orienta a maneira como “ocupam” o território: através de cercas, máquinas, contratos de arrendamento e uma visão da terra como capital que deve gerar lucro incessantemente, muitas vezes negligenciando aspectos socioambientais em favor da produção.

Nesse cenário, a figura proeminente dos *grandes fazendeiros* — chegando a Roraima em levadas migratórias recentes, impulsionadas pelo sistema do agronegócio — surge como uma visão antagônica aos estabelecimentos indígenas e *colonos*, pois excluem radicalmente

lógicas de pertencimento e buscam a sobreposição de terras tradicionalmente ocupadas na *região do Ajarani*, com o fim exclusivo de especulação no mercado do “agro”. Essa vertente do agronegócio segue, portanto, orientações unicamente de lucro. Nesse contexto, atuam gestores de governos estaduais e municipais, membros de assembleias legislativas e câmaras de deputados, bem como figuras proeminentes, a exemplo de grandes empresários e outros segmentos das elites sociais locais.

A noção de território pode ser localizada entre o vivido e o jurídico-político, de forma que o primeiro não seja orientado pelo segundo (Haesbaert, 2004). No entanto, vale salientar, tal como apontado por Guedes (2016, p. 33), que “o que nos interessa mostrar é como tais dimensões jurídico-políticas são consubstanciais aos territórios, além de serem condições *sine qua non* (embora não suficientes) para sua constituição”. Tal realidade fica ainda mais visível quando se trata do ordenamento advindo da regularização fundiária para as terras indígenas, sobretudo numa área de instabilidade tal como é a *região do Ajarani*, onde são localizadas áreas de assentamento, áreas de antigos e novos posseiros, invadidas por grileiros e a TI Yanomami.

***Ajarani*: apontamentos sobre conflitos e processo de regularização fundiária em Roraima**

A história das ocupações na *região do Ajarani* é ligada aos movimentos migratórios fomentados por projetos desenvolvimentistas do Estado, com reflexos ainda das movimentações no período getulista, e a partir da década de 1960, baseados em uma “reforma agrária” responsável por deslocar massas camponesas — aqui denominadas *colonos* — oriundas do litoral brasileiro, da região sul e centro-oeste em direção aos extremos da região amazônica (ver Barbosa, 1993, p. 178). Essas migrações foram impulsionadas ao extremo norte do país, dando início aos processos de ocupação territorial não indígena e colonização agrícola em Roraima, que, por sua vez, formaram a atual estrutura de ocupação agrícola no estado.

Naquele período, embora se saiba da numerosa diversidade de grupos étnicos que habitavam o lugar (Farage, 1999, p. 6), o discurso voltava-se ainda ao “vazio demográfico”, disseminado pelos grandes meios de comunicação em massa. Muito anterior a estes fatos, ainda no século XIX, fatores como os conflitos e a dificuldade de acesso à região, marcaram as empreitadas de colonização na Bacia do Rio Branco (Barbosa, 1993, p. 137-138).

Nesse período, Albert (1992, p. 168) já descrevia as tragédias decorrentes das relações entre os povos indígenas que habitam as adjacências do rio Ajarani e a aproximação das fronteiras não indígenas, especialmente entre as décadas de 1920 e 1970, períodos de intensa movimentação nessas regiões. A intensa movimentação foi marcada pela abertura de estradas e de rodovias e pela implementação de projetos de assentamento agrícola, como o PA Massaranduba, PA Japão e o PA Maranhão (entre os mais antigos), além de iniciativas mais recentes, como o PA Ajarani. No entanto, todos esses projetos, implementados em distintos períodos, forçaram o contato com os grupos indígenas já estabelecidos na região, afetando-o de forma mais contundente. Isso se manifestou, sobretudo, com a construção da Rodovia Federal BR-210 (Perimetral Norte), que impactou diretamente os povos indígenas dos vales do Ajarani e Catrimani.

A terra indígena ianomâmi, que faz fronteira com os estados brasileiros de Roraima e Amazonas e se estende pela Venezuela, é o lar de grupos indígenas pertencentes à extensa família linguística ianomâmi. Esses grupos estão divididos em, pelo menos, quatro subgrupos linguísticos, os “Ninam, Sanuma, Yanomami e Yainoma”, conforme descreveu o linguista Ernesto Migliazza (1967, p. 158). No entanto, estudos mais recentes (Ferreira, Machado e Senra, 2019, p. 30) apontam que existem seis subgrupos linguísticos relacionados à etnia: Yanomam, Yanomami, Sanöma, Ninam, Yaroamë e o Yãnoma. Essa divergência sugere uma intensa mobilidade desses povos ao longo de seu vasto processo de dispersão pelo território atualmente ocupado. Assim, a comunidade científica considera os grupos dessa etnia um dos maiores povos indígenas de contato recente da América do Sul — quiçá, do planeta. Eles habitam as

florestas e montanhas do norte brasileiro e do sul da Venezuela. Dados demográficos estimam que, atualmente, 38 mil pessoas podem estar habitando o território étnico.

Diante deste cenário, buscamos incluir na análise os processos sociais que ocorrem entre membros da etnia que habitam a região compreendida entre os rios Repartimento e Ajarani. Essa região demarca as linhas de fronteira entre a TI Yanomami e as zonas rurais dos municípios roraimenses citados neste trabalho. Esses agrupamentos estão divididos em pequenas regiões, entre as quais estão as comunidades de um núcleo de aldeias designado *Xexena*, no “coração” da *região do Ajarani*, subdivididas pelas comunidades *Manakapuru*, *Sacolejo*, *Beiral* e estabelecida mais recente, *o Açaizal*. Estas são originárias da antiga comunidade *Xexena-theri*, que migraram da Bacia do Catrimani, juntamente com outras comunidades estabelecidas nesta fronteira. Na *região do Ajarani* estão também membros dos grupos *Opik Theri* (Povo da Serra), habitantes das serras da região — como a designação sugere —, incluindo os grupos que possivelmente são parentes próximos dos indígenas isolados da Serra da Estrutura.

Conforme comentado antes, o cenário que denominamos nesta análise como *região do Ajarani* está localizado nas linhas divisórias entre a TI Yanomami e os municípios de Caracará e Iracema, incluindo — fora dos limites da TI Yanomami — as zonas rurais desses municípios. Os indígenas do *Ajarani* constituem um grupo reduzido em relação à numerosa sociedade do território étnico, e diferenciam-se também o padrão de distribuição e a estrutura das comunidades estabelecidas naquela região. Dados fornecidos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), em conversas informais, indicam que cerca de 170 pessoas habitam a região, divididas entre nove comunidades. Em suma, são pequenas comunidades com média de 18 habitantes por agrupamento.

Dados etnográficos indicam que esses grupos se estabeleceram na região entre as bacias dos rios *Ajarani* e *Repartimento*, provavelmente entre 1915 e 1916 (Verdum, 1990, p. 23). Este é um dos mais antigos estabelecimentos ianomâmis nesta região e um grupo — utilizando os termos de Alcida Rita Ramos — com “menor grau de interferência”

(Ramos, Lazarin e Gomez, 1985). Suas rotas migratórias os colocaram na linha de frente dos processos de intrusão das fronteiras agroextrativistas, iniciados por volta de 1940. Promovendo sua vida em uma situação de “relativo isolamento social” (Verdum, 1990), já na década de 1960, essas famílias mantinham sua cultura material muitas vezes ainda com base na indústria lítica e outros utensílios de sua própria produção. Mantiveram suas redes de relações intercomunitárias, especialmente com grupos *Ninam* da bacia do rio *Apiaiú*, e estendiam suas mobilidades para a rodovia BR-174, traçando trajetos entre os municípios Caracaraí e Boa Vista.

O Projeto de Assentamento (PA Ajarani) criado em 2003, parte da região em análise, foi dividido em pequenos *lotes*, entre 17 e 20 hectares aproximadamente, com o intuito de assentar os *colonos* que requisitavam a área. Hoje, como parte dos *lotes* estão abandonados, os ocupantes anteriores passaram a vendê-los aos *grandes fazendeiros*. De início, não havia benfeitorias além das estradas recém-abertas por ocasião do estabelecimento do projeto. Recentemente, foram concluídas as instalações de redes para distribuição de energia elétrica, e, com isso, a região ganhou maior visibilidade, aumentando de forma expressiva a procura para compra desses *lotes* por *fazendeiros* locais e aqueles vindos de outras regiões do país.

Conflitos na região: análise de duas dinâmicas

Nesta seção, abordaremos duas dinâmicas conflitivas que vêm ocorrendo nos últimos anos na *região do Ajarani*, tendo o recorte contextual como ponto de partida, demonstrando os desdobramentos das tensões entre os atores sociais acima descritos. A primeira dinâmica a ser descrita aborda dois grupos em conflito: os *colonos* e os *grandes fazendeiros*. Como mencionamos, os interesses desses grupos divergem profundamente quanto ao uso das terras na região. De um lado, temos os especuladores de terra — incluindo grileiros, *grandes fazendeiros* e políticos. Para eles, a terra é vista principalmente como um local com enorme potencial a ser explorado ao máximo. Nesse

sentido, a terra atinge seu propósito quando é destinada a produções em larga escala.

Do outro lado, estão os *colonos*. A principal diferença entre esses grupos reside no fato de que, para os especuladores, a terra é um recurso a ser exaurido, enquanto os *colonos* (que ainda mantêm produções familiares no PA Ajarani), a terra vem carregada de signos que os distanciam das visões observadas entre os *grandes fazendeiros*. No caso dos *colonos*, aplica-se a visão de Woortmann (1990, p. 12), segundo a qual: “Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor”. Nota-se com a ausência das dinâmicas produtivas em larga escala, típicas em grandes áreas de exploração dentro de uma lógica empresarial, que a produção e a terra ganham o significado de espaço para reprodução familiar dos *colonos*, a referência de suas experiências.

Grandes fazendeiros e *colonos* entram em colisão, considerando que a maioria dos projetos das fazendas é orientada tão somente para fins de mercado, variando entre monoculturas de grãos, como a soja e o milho, ou agropecuária em grande escala. Semanalmente, o trânsito de caminhões e carretas é intenso tanto para entrega de insumos quanto para as produções destes *fazendeiros*, que incluem ainda o transporte de gado para abate. A região conta com propriedades que ultrapassam cem mil hectares de terra, representando expressiva parcela para o abastecimento de carnes no estado, além de parte para exportação, segundo informaram os próprios empresários do ramo estabelecidos no *Ajarani*. O PA Ajarani, desde o princípio, antes mesmo de se consolidar como assentamento agrícola, é objeto de disputa entre esses atores sociais, somados aos povos originários da região. Para fins de análise, é necessário dividir o processo de estabelecimento no PA Ajarani em dois grandes momentos: a organização do grupo inicial que ocupou o assentamento e a consolidação com o estabelecimento dos *colonos* nos *lotes*.

Cristiano é um dos *colonos* que está na área de conflito junto com os *grandes fazendeiros*, na *fundiária* do PA Ajarani até o limite com a

TI Yanomami. Como se trata de uma área de posseiros, eles ainda não tinham a documentação. Mas, apesar de estarem há mais de dez anos na terra, o repasse dos *lotes* foi feito aos *grandes fazendeiros*, entre os quais se incluem políticos locais e donos de empresas de Boa Vista. Cristiano menciona o repasse de terras da União ao estado, algo que continua a ser um dos grandes problemas fundiários de Roraima.⁸ Quando chegamos à vicinal, haviam terminado uma reunião cujo propósito era tratar sobre a estrada e “fazer a reforma agrária”, isto é, passar as terras aos posseiros, como afirmam ser de direito.

Os *colonos* estão localizados na Gleba Caracará,⁹ demonstrando conhecimento e destreza ao falar sobre o imbróglio. São 82 posseiros, e apenas dez deles não estão naquela localidade há mais de dez anos — ou seja, a expressiva maioria possui direito sobre a terra. Trata-se de uma área de 750 hectares que foi transferida a *grandes fazendeiros* por meio de grilagem, segundo o interlocutor, sendo apenas um dos vários conflitos similares que ocorrem na região. Ele comenta, além disso, que o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) não fiscaliza terras de fazendeiro grande: “Pode passar o Ibama, a filha do fazendeiro fica na rede, vendo tudo o que fizeram no *lote*, e não fazem nada. Vai a gente queimar um lixo para você ver”.

As relações de pertencimento entre os *colonos* são um tema muito presente nas falas dos interlocutores. Nesse sentido, as narrativas locais usam termos que indicam que as fronteiras entre os diferentes grupos sociais não são tão rígidas. Como mencionado, no universo *colono* os nomes ou apelidos dados a esses indivíduos — entre os habitantes

8 O processo de repasse das terras da União para o estado de Roraima se iniciou com a Lei nº 10.304, de 5 de novembro em 2001. Após vários reveses, somente com a aprovação da Lei nº 14.004, de 20 de maio de 2020 foi possível ampliar e finalizar o processo de transferência, denotando a dinâmica recente de relativa estabilidade na política fundiária do estado.

9 A Gleba Caracará faz parte das quinze subdivisões do estado de Roraima. O termo *gleba* se refere a “uma área urbana ou rural, sem proporções definidas em lei, que ainda não teve sua aprovação de loteamento efetivada pelo órgão municipal competente” (Marangoni, 2019).

mais antigos com significativa relação de vicinalidade — permitem que transitem por todos os espaços acionando sua identidade com a região. Essas identidades, em especial no contexto rural, desfrutam de considerável prestígio. Nos discursos desses atores, sobretudo os *colonos* que prosperaram adquirindo maiores faixas de terra, sendo denominados *fazendeiros*, ainda atribuem “simplicidade” em seu modo de vida. Eles associam isso a “morar no mato” ou ser *colono*, características que, de um ponto de vista geral, já delimitam o lugar onde vivem, sempre em contraste com outros locais — “as pertenças são sempre concomitantes à não pertença” (Marques, 2002, p. 426), como no caso da cidade. Contudo, eles se opõem aos *grandes fazendeiros* que reivindicam, por exemplo, os 750 hectares supostamente em sua propriedade. Essa oposição ocorre porque estes últimos não vivem na localidade e praticam a exploração da terra em larga escala, seja para a monocultura, seja para a produção de gado de corte.

No que se refere à segunda dinâmica conflitiva, notamos a existência de grupos de colonos cooptados para a prática de mineração na TI Yanomami, transitando ilegalmente no território indígena. No entanto, comentaremos antes sobre como se dá a relação entre indígenas e grandes fazendeiros no limite da TI Yanomami. Durante o retorno de uma das viagens a campo, ocorreu um encontro com Cícero, seu irmão e indígenas da região do Ajarani, que subiam uma das ladeiras da vicinal três do PA Ajarani. Os indígenas ergueram as mãos como se pedissem carona; no entanto, falavam pouco o português e usavam bastante o termo *passrear* ao solicitar parada, que, na nossa leitura, alude ao deslocamento dos indígenas aos municípios mais próximos, podendo ser Mucajaí e Iracema.

O posicionamento estratégico e, com frequência, ilegal de *grandes fazendeiros* nos limites de territórios étnicos é um recurso utilizado por esses agropecuaristas para se apropriarem de saberes indígenas e, assim, terem acesso aos recursos que a região poderia lhes ofertar em suas empreitadas. Não é por acaso que, ainda no início dos processos de colonização nessa fronteira, houve a invasão de *fazendeiros* (Hutukara..., 2014), que, de acordo com informações locais, vinham de ocupações na terra indígena Raposa Serra do

Sol, também em Roraima, com interesses que incluíam, além da criação de gado, a extração de madeira e minérios. Os processos de intrusão se mantiveram sob a “chancela” de órgãos de Estado, cuja tarefa seria a regulamentação dos processos de ocupação agrícola. No entanto, tal conduta fomentava e fomenta a prática criminosa e indiscriminada dessas sobreposições. Nessa época, a *região do Ajarani* foi palco de resistência indígena contra a intrusão. Essa resistência mobilizou a Hutukara Associação Yanomami (HAY), o Instituto Socioambiental (ISA) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), todos em prol das comunidades indígenas daquela fronteira. Essa mobilização, por fim, resultou na desintrusão dos ocupantes (Hutukara..., 2014).

Em consequência destes processos de intrusão, estabeleceu-se na região uma relação de aliança assimétrica pautada em formas de resistência indígena ao lidar com seus “vizinhos” não indígenas, uma aliança estabelecida com *colonos* e *fazendeiros*. Atualmente, estes últimos fornecem subsídios aos indígenas, como roupas para irem à cidade, alimentação em suas chegadas aos estabelecimentos agrícolas e mantimentos de pesca, além de discursos no sentido de incentivar o deslocamento dessas famílias às cidades e vilas, *os passeios*. Vale ressaltar que se trata de uma forma de cooptação, uma vez que os indígenas são contratados informalmente como mão de obra remunerada nas fazendas de modo precário. Essa assimetria/cooptação se desdobra em termos territoriais e restringe a possibilidade de mobilidade pelo território, isto é, condicionam os “passeios” a uma relação “cordial” com os *fazendeiros*, retroalimentando, portanto, a relação hierárquica e recorrente de violação de direitos.

A gama de movimentos presentes na região colocou indígenas, *colonos* e *grandes fazendeiros* em rota de colisão com a aproximação dessas fronteiras. Aos primeiros, restou traçar seus caminhos a partir de limites estabelecidos pelo Estado, porém corrompidos pelas constantes invasões e pela subjugação ao trabalho precário, não condizente com a concepção desses povos sobre seus territórios e modo de vida. Além disso, ocorreu o aumento massivo de trânsito não indígena na região a partir de 2017, bem como a intensificação da

arregimentação de *colonos* para as práticas relacionadas ao garimpo no interior da TI Yanomami, o que envolve diversas atividades: extração, serviço de apoio a aeronaves de transporte de insumos, entre outros. Agentes da atividade ilegal, como os proprietários de gigantescos maquinários com entrada franca na região, se instalaram nos pontos com maior potencial de extração do minério.

Assim, os contornos oficiais do Estado na demarcação do território étnico cedem lugar ao poder associado aos maquinários e às imensas propriedades de agropecuaristas, estrangulando o território dos povos do Ajarani e os habitantes dos assentamentos daquela região. Os “grandes” proprietários de maquinários e seus gestores aplicam normas rígidas ao trabalho, que, por sinal, acaba se estendendo para os lugares onde se instalavam essas atividades com grande concentração de pessoas, bem como para as “currutelas”, onde funcionam bares, restaurantes e outros estabelecimentos notadamente ilegais, considerando que estes fatos ocorrem no interior da TI Yanomami. Embora sempre tenha estado presente, note-se que o conflito ganha peso com o aumento do interesse pelo ouro por parte tanto dos “donos de maquinário” quanto dos *colonos*. Assim, os *colonos* também são cooptados no processo de avanço da exploração ilegal de minério no território indígena.

O avanço da fronteira agroextrativista na *região do Ajarani* acirra os conflitos recorrentes entre grupos indígenas, *colonos* e *grandes fazendeiros*, girando em torno de modificações estruturais nas relações com o ambiente — a extração de madeira e minério — e nas relações sociais — cooptando *colonos*, invadindo e destruindo social e ambientalmente o território étnico.

Considerações finais

A grande maioria dos primeiros ocupantes das terras em Roraima estava em busca de projetos de colonização, muitas vezes não sendo a primeira terra ocupada nas chamadas áreas de expansão na Amazônia. O conflito iminente perdura no extremo norte tendo em vista a

contínua desassistência do Estado, que concentra seus esforços nos grandes proprietários de terra e na expansão do agronegócio desde a década de 1970. Noções como territorialidade, além das mobilizações locais, assumem na *região do Ajarani* o papel de motores para os diversos processos pelos quais o lugar se configura. A territorialidade assume o significado definido na fala de atores sociais envolvidos no cenário, a expressão do que entendem por terra: seja “o lugar onde viver”, no caso dos grupos de *colonos* que chegaram ainda na década de 1970, seja a terra de pertencimento étnico, no caso dos indígenas.

O conflito é negociado conforme as diferentes visões e narrativas dos atores sociais expressos em seus diversos movimentos — *grandes fazendeiros, colonos* e indígenas —, presentes na configuração deles. Essas narrativas se entrecruzam e se misturam, adaptando-se à circulação e ao contato dos interlocutores. Figurelli (2007, p. 63) afirma que: “O conflito não se encontra definido da mesma maneira para uns e para outros [...]. A necessidade de acomodar as linguagens às finalidades de obtenção das propriedades abre uma disputa pela definição do conflito de terras que se torna parte deste último”.

Em Roraima, existem forças convergentes e divergentes na configuração do conflito no *Ajarani*. Podemos dizer que os *colonos* se aproximam dos *fazendeiros*, à medida que são, por exemplo, cooptados por eles a invadirem as terras indígenas em Roraima, seja trabalhando com a abertura da terra, com o garimpo, seja até mesmo lidando com as situações em que os *fazendeiros* utilizam a infraestrutura gerada pelos assentamentos rurais. A convergência, longe de ser uma ação ideal nesse caso, aproxima os dois atores sociais e dinamiza o conflito, afastando-o de contornos maniqueístas.

No entanto, as forças divergentes são orientadas principalmente pela diferença do modo de vida e das lógicas de reprodução social desses grupos, que fazem com que se movimentem e utilizem a terra de forma distinta — como mercadoria entre as grandes fazendas, posse da família (*colonos*) ou alicerce para experiência de vida coletiva (indígenas). As relações sociais exteriores às fronteiras da TI Yanomami, para os indígenas, funcionam como mecanismo de defesa de seus territórios, ao passo que estes se mobilizam diretamente com

os não indígenas, afirmando sua territorialidade e gerando mecanismos de resistência aos avanços dos primeiros.

Os *passeios*, termo utilizado pelos indígenas do *Ajarani* para transmitir na língua não indígena suas mobilidades eventuais dentro e fora do território étnico, dinamizam a coexistência e, consequentemente, os conflitos com o mundo não indígena, dadas as disparidades que expõem. Essas mobilidades situam-se na fronteira tênue entre a cooptação — frequentemente mascarada como “aliança” ou “parceria” por fazendeiros — e a potencial convivência, nas proximidades da terra indígena, entre esses diferentes atores. Nesse contexto, as caronas oferecidas aos indígenas transformam-se em uma moeda de troca, tornando a mobilidade em si um espaço complexo de negociações, especialmente para eles. A forma como ocupam e percebem a região circundante aos seus territórios está profundamente imbricada em suas experiências de vida e assegura a manutenção de seu espaço. Conforme Little (2002, p. 4) aponta, a cosmografia de um grupo abrange seu regime de propriedade, os laços afetivos com seu território, a história de sua ocupação registrada na memória coletiva, o uso social que dão à terra e as estratégias de defesa que empregam.

O conflito na *região do Ajarani* expõe um emaranhado de alianças e encontros estratégicos entre os grupos envolvidos, resultando em diversas noções de territorialidade. Essa complexidade, somada à chegada massiva e à intrusão de *fazendeiros* — posseiros de terras do assentamento e de terras indígenas, ou antigos *colonos* —, é a causadora da evidente instabilidade. As relações são construídas para a manutenção da possibilidade de deslocamento nos espaços, mas o próprio cerceamento e a negociação desses movimentos, sobretudo dos indígenas, acabam por reforçar as assimetrias sociais e, inevitavelmente, a aproximação entre os grupos. O território se apresenta como amálgama de distintas maneiras para cada um dos grupos apresentados — como identidade étnica para os indígenas, como *ethos* camponês para *colonos*, como resistência à ação das grandes propriedades na região que se expressam por uma noção de terra enquanto um espaço de exploração econômica para *grandes fazendeiros*, isto é, como um *ethos* empresarial.

Contudo, para os indígenas, o cenário vivenciado por essas comunidades na *região do Ajarani* revela uma complexa teia de vulnerabilidades sociais, históricas e estruturais. A intensificação das relações com comunidades não indígenas, impulsionada pelo desenvolvimento de infraestruturas como vicinais e rodovias, expõe esses grupos a um ciclo de dependência e marginalização. As assimetrias de poder com *fazendeiros* e comerciantes locais, que se manifestam na promoção do consumo de álcool e na exploração de trabalho, inclusive por valores irrisórios, fomentam a saída dos indígenas de seu território e os inserem em contextos urbanos onde sua identidade étnica acentua a rejeição e a exposição a riscos.

Dessa forma, o cenário apresentado com as mobilizações dos três principais atores sociais demonstra que as instabilidades na região são decorrentes de processos sociais históricos. Suas bases residem nos avanços não indígenas sobre os territórios antes ocupados pelos grupos étnicos. De formas distintas, as mobilizações trouxeram *colonos* e *grandes fazendeiros* ao extremo norte, causando conflitos entre esses dois grupos sociais, bem como violentas colisões com povos originários, à medida que essas “marchas” avançavam pela Amazônia setentrional — a última fronteira desses conflitos no Brasil. Essa dinâmica engendra diferentes práticas de mobilização social: desde a criação de associações de produtores entre os colonos, para garantir sua permanência na terra, até a articulação de grupos indígenas, com órgãos federais e associações representativas, visando assegurar o acesso e a proteção do território contra ações ilegais, como a mineração. Os autores mobilizados para refletir sobre a noção de conflito nos fornecem instrumentos para pensar os dois casos apresentados como momentos privilegiados e para verificar o que ocorre não como tragédias sucedidas em decorrência de agências unilaterais, e sim como espaços de agenciamento. No caso da *região do Ajarani*, no decurso dos conflitos estão em jogo rotas de deslocamento e práticas de territorialidade que colidem constantemente, refazendo-se, reconstruindo lugares, pessoas e suas constantes mobilizações, e dinamizando o espaço que ocupam.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Bruce. *A fumaça do metal: história e representação do contato entre os Yanomami*. Anuário Antropológico/89. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992. p. 151-189.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1985-1989). In: ARNT, Ricardo (org.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.
- BARTOLOMÉ, Miguel. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 39-68, abr. 2006.
- BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. Ocupação humana em Roraima I. *Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, Série Antropologia, 1993.
- COMERFORD, John. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2023.
- FARAGE, Nádia. *Laudo Antropológico requisitado pela Justiça Federal*. Seção de Roraima, 1999.
- FERREIRA, Helder Perri; MACHADO, Ana Maria; SENRA, Estevão B. *As línguas Yanomami no Brasil: diversidade e vitalidade*. São Paulo: Instituto Socioambiental, v. 17, 2019.
- FIGURELLI, Mónica Fernanda. *Decompondo Registros*. Conflitos de Terra em Pernambuco. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- GUEDES, André Dumans. Lutas por terra e território, desterritorialização e território como forma social. *Revista Brasileira De Estudos Urbanos e Regionais*, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 23, 2016.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HUTUKARA e ISA realizam expedição às estradas vicinais no entorno da TI Yanomami (RR). *Instituto Socioambiental*, [s. l.], 28 mar. 2014.

- Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/hutukara-e-isa-realizam-expedicao-%C3%A0s-estradas-vicinais-noentorno-da-ti-yanomami-rr>. Acesso em: 2 abr. 2026.
- LITTLE, Paul. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia, n. 322. Brasília: DAN/UnB, 2002.
- MARANGONI, Carolina. Qual a diferença entre gleba e terreno? *Jus Brasil*, [s. l.], 24 out. 2010. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/qual-a-diferenca-entre-gleba-e-terreno/772944728>. Acesso em: 2 abr. 2026.
- MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; NEVES, Delma Pessanha (orgs.). *Campesinato e Marcha para o Oeste*. Santa Maria: Editora UFSM, 2013.
- MARQUES, Ana Claudia. Política e questão de família. *Revista Antropologia*, [s. l.], v. 45, n. 2, p. 417-442, 2002.
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social: Revista Sociologia USP*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio 1996. <https://doi.org/10.1590/ts.v8i1.86141>.
- MIGLIAZZA, E. Grupos linguísticos do Território Federal de Roraima. In: LENT, Herman (ed.). *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Pesquisas, v. 2, 1967. p. 153-173.
- NEVES, Delma Pessanha. Getúlio Vargas e os muitos oestes brasileiros: colônias agrícolas no estado do Rio de Janeiro. In: MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; NEVES, Delma Pessanha (orgs.). *Campesinato e Marcha para o Oeste*. Santa Maria: Editora UFSM, 2013.
- RAMOS, Alcida Rita; LAZARIN, Marco Antonio; GOMEZ, Gale Goodwin. *Yanomami em Tempo de Ouro (Relatório de Pesquisa)*. Cultura Indígena de la Amazonia, Catálogo del Quinto Centenário. Madrid: Biblioteca Quinto Centenário, 1985/1986. p. 73-83.
- SANTOS, Maria José dos. *Em busca da terra: migração, organização e resistência na política de colonização no sudeste de Roraima (1970-1990)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

- SIDER, Gerald. *O conflito da cultura moderna e outros escritos*. Tradução: Laura Rivas Gagliardi. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.
- SOUSA, Marina. Processo de colonização do vale do rio Ajarani: o caso Ÿaroamë Yanomami. *Faces da História*, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 217-235, 2020. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1626>. Acesso em: 2 abr. 2026.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. Indigenous peoples: lands, territory, autonomy and self-determination. In: ROSSET, P.; PATEL, R.; COURVILLE, M. *Promised Land: Competin Visions of Agrarian Reform*. Oakland, CA: Food First Books, 2006. p. 208-211.
- VERDUM, Ricardo. Yawari: a fronteira esquecida - Relatório de pesquisa. *Acervo Ambiental*, [s. l.], 1990. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/YAD00483.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- VILLAS-BÔAS, Orlando; VILLAS-BÔAS, Cláudio. *A marcha para o oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu*. Porto Alegre: Editora Globo, 1994.
- WOORTMANN, Klaas. *Com parente não se neguceia. O campesinato como ordem moral*. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1994.